

Canal de Moçambique

Aqui
a sua
Publicidade
vale mais

publicidade

www.canalmoz.co.mz

Maputo, Quarta-Feira, 21 de Novembro de 2012

30 Meticais

Director: Fernando Veloso | Ano 7 - N.º 868 | N.º 175 Semanário

Promiscuidade entre governação e negócios (I)



Como família Guebuza acumula riqueza

Erguidas pelo artista Naguib

Obras de arte na HCB atingem mais de 27 milhões

Página 02

publicidade

Empresa nacional
ao serviço
da Nação
MANICA
MANICA MOÇAMBIQUE TERMINAIS, LIMITADA

Destques

Promiscuidade entre governação e negócios (I)

Entenda como a família Guebuza enriquece com a “negligência” no Estado

Todo aquele que controla o volume de dinheiro de qualquer país é o senhor absoluto de toda a indústria e comércio, e quando percebemos que a totalidade do sistema é facilmente controlada, de uma forma ou de outra, por um punhado de gente poderosa no topo, não precisaremos que nos expliquem como se originam os períodos de inflação e depressão.” – James Abram Garfield (1831 –1881), 20º Presidente dos EUA, semanas antes de ser assassinado

“Armando Emílio Guebuza tem intenção, sim, não de continuar a dirigir o Estado moçambicano, porque tem um impedimento constitucional, mas ele quer manter-se no xadrez político nacional, que é para continuar, porque há um tipo de negócios que você consegue quando controla o poder” – Adriano Nuvunga, Director do Centro da Integridade Pública (CIP), em entrevista ao Canal de Moçambique no dia 03 de Outubro de 2012

Borges Nhamirre

Quando através de uma das suas Holdings, a “Focus 21 - Gestão e Desenvolvimento Limitada”, nomeadamente, a família Guebuza, a família do actual chefe de Estado moçambicano, criou a “Startimes Media Company Mozambique, Limitada”, em 2010, em parceria com a “SDTV Holdings da China”, era para muitos moçambicanos, mais uma de muitas empresas de que esta família presidencial possui. Aqueles que não possuíam serviços de televisão por cabo ou por satélite, com a Startimes viam a oportunidade de poder tê-los, pagando valores relativamente baixos, inferiores aos do mercado. Neste caso 300 meticais, o equivalente a aproximadamente 10 dólares norte-americanos. Muito barato se considerar que na altura o mínimo que se pagava mensalmente pela televisão por cabo era 800 meticais.

Na altura as lojas da Startimes enchiam-se. Enormes molduras humanas formavam-se a querer comprar o decodificador (por 1.100,00MT) e passar, então, a ter televisão por satélite em casa. O que poucos sabiam é que um dia, todos ou quase todos os moçambicanos poderiam vir a ser obrigados a usar Startimes

se pretenderem ver televisão.

Certamente que a família empresarial de Armando Guebuza, beneficiando directamente do facto do patriarca ser também líder do Estado, estava na posse de toda a informação estratégica que lhe permitia prever os ganhos que a Startimes iria trazer num futuro muito próximo.

A família Guebuza sabia e iria agir pela calada, para assegurar que o Estado moçambicano se atrasasse – negligentemente – na criação de uma instituição que tratasse da migração digital da radiodifusão e, quando a 17 de Junho de 2015, todos os operadores de radiodifusão na Europa, África, Médio Oriente e República Islâmica do Irão, forem obrigados a migrarem do actual sistema de televisão analógico (aberto) para a televisão digital, então a Startimes seria a mais bem posicionada empresa para garantir a transmissão do sinal da televisão em Moçambique.

Aí, nessa altura, todos os moçambicanos – aqueles que não recebem televisão por satélite – para ver televisão terão que pagar à empresa da família Guebuza, a Startimes, para lhes fazer chegar o sinal às suas respectivas casas. Nessa altura não haverá mais televisão por sinal-aberto. E tudo indica (como veremos mais adiante

neste texto), que a empresa pública de distribuição de sinal que se cogita venha a ser criada para exercer esse papel, não será viabilizada até essa data, para que a Startimes fique a posição de ser a entidade capaz de “salvar” a situação que o Estado hoje dirigido por Armando Guebuza, negligenciou.

Então, tal como sucede actualmente com a Kudumba, a empresa de scanners usados pelas Alfândegas de Moçambique para a inspecção não intrusiva de mercadorias, que é privada, mas que por princípio devia ser do Estado, será também uma empresa de distribuição de televisão privada já que a pública não foi criada a tempo da migração de analógico para digital se fazer, via Estado.

Neste momento a informação disponível demonstra que a Startimes é a tal empresa que irá ficar com o lucrativo negócio da migração digital, pois é a única que estará já pronta para ficar com esse quinhão de negócio.

Quando suceder que toda a televisão seja digital, todos os que hoje usam a televisão em sinal aberto, irão ter que aderir à Startimes e ajudar a crescer o império empresarial da família Guebuza.

Aqui talvez se entenda as palavras do académico e director do Centro da Integridade Pública (CIP), Adriano Nuvunga, quando

em entrevista ao Canal de Moçambique, publicada no dia 03 de Outubro do corrente ano, uma semana a seguir ao 10º Congresso do partido Frelimo em Pemba, disse que “Armando Emílio Guebuza tem intenção, sim, não de continuar a dirigir o Estado moçambicano, porque tem um impedimento constitucional, mas ele quer manter-se no xadrez político nacional (...) porque há um tipo de negócios que você consegue quando controla o poder”.

Onegócio que se vislumbra aqui só é viável conquanto o Governo, que gere o Estado, não crie uma empresa pública de distribuição de sinal da televisão digital, que, por se tratar de um serviço público, pressupõe-se que seja mais barato senão gratuito para os cidadãos. E como em 2015 Armando Guebuza não mais será chefe de Estado, é preciso que tenha pelo menos o poder de influenciar, ou mandar, em quem estiver a governar, para não criar serviço público de distribuição da televisão e aí garantir a prosperidade da Startimes, onde também enquanto chefe de Estado, usando de *inside-information*, providenciou os esquemas pensando no futuro.

Comparativamente às concorrentes actuais da Startimes na distribuição do sinal da televisão por satélite, esta apresenta-se muito

abaixo no índice das preferências dos consumidores. Manter este serviço, nas condições actuais, para um tão avultado investimento como o que foi anunciado, de 88 milhões de dólares norte-americanos, não faria muito sentido, caso não houvesse uma na manga. E essa “na manga”, como sói dizer-se, admite-se que fosse a certeza de que a migração de analógico para digital da radiodifusão será entregue a esta empresa – a Startimes. Jogada que está em aberto...

Aliás, na Reportagem sobre Valentina Guebuza que a Revista Forbes-África publicou, em Agosto último, a Startimes foi referida como a empresa que pretende liderar a migração digital em Moçambique.

“Com um investimento superior a 88 milhões de dólares, a *joint venture* (consórcio entre Focus 21 e SDTV Holdings, que formam a Startimes) tem o objectivo de se tornar líder do mercado da televisão por cabo em Moçambique, um país que enfrenta o desafio da migração da televisão analógica para digital, em 2015”, escreveu a revista Forbes no texto de exaltação dos negócios da família Guebuza, liderado pela filha mais nova, Valentina Guebuza, que foi descrita, no texto, como “*the millionaire princess*” (a princesa milionária).

Migração digital atrasada e negligenciada

Agora que falta menos de três anos para o “apagão” da televisão com sinal de televisão analógica em Moçambique (como em toda a África, Europa, Médio Oriente Irão), Moçambique está num estado considerado pelos especialistas,

“muito atrasado” para garantir a migração do sistema analógico para o digital na radiodifusão.

E é importante perceber que este atraso irá beneficiar os provedores do sinal de televisão por satélite ou por cabo, pois quando houver o “apa-

gão” do analógico, quem quiser continuar a aceder à televisão terá que pagar pelo serviço.

É aqui onde está o segredo do sucesso do negócio da família Guebuza, pois a Startimes até lá estará implantada em todo o país, segundo o cronograma do inves-

timento, e pronto para assumir a migração digital na altura em que não possa haver adiamentos.

Óbvio que outras provedoras de televisão por satélite ou cabo, como a DStv, Zap, TV Cabo, irão beneficiar, mas estes já tem segmento de mercado de consumido-

res da classe média que independentemente da migração ou não, já vem usando televisão por satélite.

A Startimes é que se posiciona para abarcar todo e qualquer cidadão que pretender continu-

(Continua na página seguinte)

Destaques

(Continuação da página anterior)

ar a ver televisão, depois de 17 de Junho de 2015, quando os televisores ficarão mudos, sem sinal e numa situação em que o Estado não mais providenciará serviço público de televisão.

Estudo

Um estudo encomendado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (CEC) e pelo Fórum das Rádios Comunitárias (FORCOM), no âmbito do Programa de Acesso à Informação implementado pela Organização Não Governamental Dinamarquesa, IBIS, mostra o negligentemente estratégico atraso de Moçambique no processo da migração digital da radiodifusão.

Os resultados do estudo, na posse do Canal de Moçambique, mostram, entretanto, que “Moçambique está muito atrasado na implementação desta migração; Muitos moçambicanos sabem muito pouco deste assunto e há grande probabilidade de os cidadãos terem que gastar o equivalente ao salário mínimo (cerca de 2 mil meticais) para comprar um conversor do sinal de televisão, denominado SET TOP BOX (STB), ou a outra op-

ção é aderir à televisão por satélite/cabo e passar a pagar para usufruir deste direito de acesso à informação via televisão”.

Governo trabalha sozinho

Ainda de acordo com as constatações do estudo, neste momento o Governo está a trabalhar sozinho na implementação da migração da radiodifusão, de analógica para digital.

A COMID – Comissão de Implementação da Migração da Radiodifusão Analógica para a Digital, entidade criada pelo executivo para a implementação da migração, é constituída, neste momento, apenas por representantes de instituições governamentais. Os representantes do sector privado que faziam parte da COMID, simplesmente desistiram de participar dos encontros do órgão. A sociedade civil esta sequer foi convidada para discutir a implementação da migração da radiodifusão, embora o assunto seja de interesse de toda a sociedade.

O estudo intitulado “Impacto da Migração Digital da Radiodifusão no Acesso à Informação em Moçambique” foi conduzido

por uma equipa liderada por três especialistas em comunicação: o jornalista Tomás Vieira Mário, o consultor em comunicação João Carlos Cumbana e o sociólogo Samora Nuvunga. Os resultados foram apresentados e discutidos no passado dia 12 de Outubro, na presença de membros da COMID, representantes do Governo, sociedade civil e televisões que operam em Moçambique.

O grupo de debate dos resultados do estudo, na sua maioria formados por especialistas em comunicação e engenheiros das telecomunicações, chegou ao consenso de que, efectivamente, Moçambique está atrasado na implementação da migração da radiodifusão de analógica para digital. O principal impacto disso é que o cidadão terá que pagar para ter acesso à informação através da televisão, ou então este direito fundamental lhe será restringido.

Há ainda a possibilidade do Governo financiar a compra do STB, o acessório que deve ser instalado no televisor analógico para a conversão do sinal para digital, mas neste momento a garantia de que isso acontecerá “é muito reduzida”, disse Tomás Vieira Mário, na apresen-

tação dos resultados do Estudo.

Perigo para as empresas televisivas

Ainda com a entrada em funcionamento da televisão digital, as empresas televisivas deixarão de ter centros emissores próprios, como actualmente. Significa que elas passarão apenas a produzir os conteúdos e depois a entregá-los a uma entidade que irá difundir-los.

As preocupações que nascem aqui são várias: a entidade que vai difundir os conteúdos deve ser independente e imparcial para não interferir nos conteúdos dos canais televisivos.

Segundo se concluiu no debate dos resultados do estudo, há possibilidade dessa entidade desligar o sinal de um canal televisivo em função de certos interesses.

Até aqui tudo indica que essa entidade distribuidora do sinal será governamental, o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM). E se assim for, em caso de o Governo pretender banir temporariamente um canal televisivo – pode ser numa situação de estado de emergência ou de manifestações populares que o Governo não deseje

ver difundidas – é só mandar a tal entidade governamental desligar o sinal da televisão em causa.

Há também preocupação com os valores que serão fixados pela entidade distribuidora do sinal da TV, para a difusão do sinal dos canais televisivos privados. Teme-se que o valor seja insuportável para muitas empresas televisivas. Até aqui nada se sabe ao certo sobre o valor a pagar para a distribuição do sinal.

Porém, Simão Anguilaze, um ex-PCA da TVM, membro do COMID, garantiu no debate que o valor a pagar para a distribuição do sinal “será abaixo do que as empresas televisivas gastam actualmente pelos seus centros emissores”. Mas até aqui nada é oficial. É tudo cogitação. E faltam menos de três anos para esse grande dia da televisão.

Há ainda a preocupação relativa aos arquivos das televisões. Com a transição da televisão do sistema analógico para o digital, os arquivos das televisões deverão também ser convertidos e os custos deste trabalho são desconhecidos, como também, é desconhecido se as televisões terão que arcar sozinhas estas despesas ou terão apoio do Governo.

Recomendações

Face aos problemas levantados pelo estudo, o mesmo faz profundas recomendações ao Governo quanto à implementação da migração da radiodifusão, a destacar:

- Reforçar de forma significativa a composição da COMID, tornando-a mais inclusiva e mais representativa, quer em termos de grupos de interesse, quer em termos de áreas de conhecimento relevantes;

- Em particular, promover o envolvimento activo do sector privado e de produtoras independentes, através da CTA, bem como de produtoras independentes, partes estratégicas no processo, para a preparação e sensibilização do mercado face à transição, no que se refere à oferta de equipamentos de recepção da radiodifusão digital e à produção de conteúdos digitais nacionais que enalteçam a diversidade socio-económica e cultural do país;

- Rever as funções e atribuições da COMID e conferir-lhe suficiente autoridade deliberativa, bem como recursos e meios de trabalho que estimulem o seu empenho e dedicação, ultrapassando o presente quadro de trabalho voluntário em que tem estado a operar.

- Orientar a COMID no sentido de definir um Roteiro de Migração Digital da Radiodifusão Calendarizado, e que articule com clareza a visão da

estratégia da migração, suas componentes fundamentais, resultados e meios (políticas) para o seu alcance, bem como os respectivos intervenientes;

- Orientar a COMID no sentido de conferir prioridade às questões relativas ao quadro legal e de regulação da radiodifusão, nomeadamente em prol do estabelecimento de uma Autoridade de Regulação das Comunicações, tecnologicamente neutra e unificando

as questões de licenciamento, fiscalização, conteúdos e arbitragem de conflitos e reclamações, quer junto do Estado, entre operadores ou por parte do público junto destes;

- Criar uma Comissão Interministerial que providencie orientação estratégica à COMID e assegure a validação célere das propostas e recomendações desta, a serem aprovadas pelo Conselho de Ministros.

Onde entra a Startimes

Como já se referiu acima, a Startimes, empresa participada pela família Guebuza e que tem como Presidente do Conselho da Administração a filha mais nova de Guebuza, Valentina da Luz Guebuza – agora membro do Comité Central do partido Frelimo – é a que está mais bem posicionada para beneficiar deste atraso do governo na preparação da migração digital. Sem entidade distribuidora de sinal da televisão até 17 de Junho de 2015, a empresa da família Guebuza poderá então distribuir televisão por satélite aos moçambicanos.

Aqui aderir ou não à Startimes deixará de ser uma opção e passará a ser a única alternativa para quem pretender se informar. Poderão também as pessoas aderir aos serviços das outras provedoras, mas estes são de custos elevados, desde a aquisição e instalação do equipamento (antena parabólica e decodificador do sinal) até ao pagamento mensal do serviço.

Assim a Startimes que pratica neste momento o valor mais baixo do mercado, então fica com o negócio.

Terá valido a “visão estratégica” do presidente Guebuza, aliás,

do empresário Guebuza que correu para investir na televisão por cabo para aproveitar as fragilidades do Estado Moçambicano que não consegue garantir a migração digital da radiodifusão em tempo útil. E quando o terá feito em flagrante uso de informação privilegiada que lhe chegou por ser chefe de Estado e do Governo, à falta de legislação que criminalize o uso para fins privados da chamada “inside-information”...

Sobre a Startimes

Nome da entidade: Star-

times Media Company Mozambique, Limitada

Ano da constituição: 2010

Sócios: SDTV HOLDINGS (da China) – 85% e FOCUS 21 - GESTAO E DESENVOLVIMENTO LIMITADA (da família Guebuza) – 15%.

Capital Social: Trinta e quatro milhões de meticais

Objecto Social: a) Serviço básico de televisão digital; b) Serviço de televisão digital por subscrição; c) Digitalização do sinal de rádio e televisão; d) Transmissão

do sinal de rádio e televisão; e) Serviços de multimédia móvel; f) Produção de publicidade de televisão; g) Serviço de internet de banda larga; h) Todo tipo de serviços de valor adicional baseado nos sistemas acima mencionados; i) Venda de terminais para televisão digital e internet; j) Serviço de informação do canal; k) Consultoria técnica; l) Outras actividades subsidiárias e afins a actividade, desde que não contrariem a legislação moçambicana, após deliberação da assembleia geral. **(Canal de Moçambique)**